

**ASSEPRO
RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA
LEGISLATIVO FEDERAL**

DE 4 A 8 DE SETEMBRO DE 2017

Atualizada em 06/09/2017 18:08

CÂMARA DOS DEPUTADOS**PLENÁRIO**

MPV 783/17, do Poder Executivo, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional”.

Relator: deputado Newton Cardoso Jr.

Parecer da Comissão Mista: pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 6, 11 a 13, 16, 24, 28, 32, 41, 54, 67, 69, 76, 84, 86, 102, 106, 113, 115, 117, 133, 136, 139, 151, 153, 172, 175, 185, 187, 196, 205, 207, 211, 222, 242, 244, 256, 264, 265, 277, 280 e 305; pelo acolhimento parcial das Emendas de nºs 116, 129, 135, 137, 167, 195, 281 e 306, na forma Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 5, 7 a 10, 14, 15, 17 a 23, 25 a 27, 29 a 31, 33 a 40, 42 a 53, 55 a 66, 68, 70 a 75, 77 a 83, 85, 87 a 90, 92 a 101, 103 a 105, 107 a 112, 114, 118 a 128, 130 a 132, 134, 138, 140 a 150, 152, 154 a 166, 168 a 171, 173, 174, 176 a 184, 186, 188 a 194, 197 a 204, 206, 208 a 210, 212 a 221, 223 a 241, 243, 245 a 255, 257 a 263, 266 a 276, 278, 279, 282 a 304, e 307 a 309. A emenda de nº 91 foi retirada pelo autor.

Resultado: Não deliberado.

PL 333/99, do deputado Antônio Kandir, que “Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”.

CDC: parecer do deputado Paulo Lima, pela aprovação.

CDEICS: parecer do deputado Léo Alcântara, pela aprovação.

CCJC: parecer do deputado Paulo Magalhães, pela aprovação do substitutivo do Senado Federal.

Resultado: Não deliberado.

PL 1202/07, do deputado Carlos Zarattini, que “Disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências”.

CTASP: do deputado Milton Monti, pela aprovação do projeto.

CCJC: da deputada Cristiane Brasil, pela constitucionalidade, com emendas, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação projeto e do PL 1961/15, apensado, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

REQ 3986/16, dos Líderes Partidários, que requer urgência para apreciação do **PL 1202/07**, do deputado Carlos Zarattini, que disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

Resultado: Não deliberado.

REQ 4990/16, dos Líderes, que “Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 5130/16**, do deputado João Arruda, que acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014” (propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção).

Resultado: Não deliberado.

REQ 6344/17, dos Líderes, que “Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 6989/17**, do deputado Odorico Monteiro, que altera o Marco Civil

da Internet, Lei nº12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet”.

Resultado: Não deliberado.

REQ 6045/17, dos Líderes, que requer urgência para apreciação do **PL 4614/16**, da Sra. Luizianne Lins, que altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.

Resultado: Não deliberado.

REQ 6356/17, dos Líderes, que “Requer urgência para apreciação do **PL 6917/17**, do deputado Aureo, que dispõe sobre a criação do Cartão Digital de Vacinação – CDV”.

Resultado: Não deliberado.

Terça-feira (5/09)

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CDC

PL 3513/15 (PLS 205/12), do senador Jayme Campos, que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o fornecimento de versão em áudio de manual de instruções de produto e de normas de prestação de serviço".

Relator: deputado José Carlos Araújo.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Aprovado.

PL 6906/17, da deputada Mariana Carvalho, que "Altera o § 4º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para determinar que as cláusulas que impliquem multa ou limitação de direito do consumidor constem da primeira página do contrato, em negrito e em fonte de, no mínimo, o dobro do tamanho daquela do corpo do texto".

Relator: deputado André Amaral.

Parecer: pela aprovação.

Concedida vista conjunta aos Deputados Rodrigo Martins, Severino Ninho e Vinicius Carvalho, em 23/08/2017.

Resultado: Não deliberado.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS – CDEICS

PLP 384/17, do deputado Veneziano Vital do Rêgo, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional". (Concede condições especiais de pagamento de tributos à micro e pequena empresa constituída por pessoas com idade entre dezoito e vinte e cinco anos).

Relator: deputado Helder Salomão.

Parecer: pela rejeição.

Resultado: Aprovado.

PL 5961/16, do deputado Rubens Pereira Júnior que "estabelece a concessão de incentivo fiscal no Imposto de Renda às empresas que contratarem mulheres chefes de família".

Relatora: deputada Conceição Sampaio.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Resultado: Aprovado.

PL 4607/16, do deputado Jovair Arantes, que "Dispõe sobre a concessão de financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a micro e pequenas empresas".

Relator: Deputado Lucas Vergilio.

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Aprovado.

PL 7547/17, do deputado Izalci Lucas, que Altera dispositivos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências". Explicação: Dispõe sobre a parceria entre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e as micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais.

Relator: deputado Helder Salomão.

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Aprovado.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT

PLP 420/14, do deputado Pedro Eugênio, que "Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de forma garantir o crédito correspondente da substituição tributária que grave o Microempreendedor Individual - MEI ou o contribuinte optante do Simples Nacional" (substituição Tributária do ICMS).

Apensado: PLP 449/14.

Relator: deputado Aluisio Mendes.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar 420/2014 e do PLP 449/2014, apensando; e, no mérito, pela aprovação do PLP 420/2014, e do PLP 449/2014, apensado, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PLP 212/12, do deputado Anthony Garotinho, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, acrescentando parágrafo único ao art. 12" (as microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional não poderão ser incluídas no regime de substituição tributária em seus respectivos Estados).

Apensado: PLP 225/12

Relator: deputado Julio Lopes.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PLP 212/12, do PLP 225/12 apensado e do Substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e, no mérito, pela rejeição do PLP 212/12, do PLP 225/12 apensado e do Substitutivo da CDEICS.

Resultado: Não deliberado.

PL 6097/05, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para instituir desonerações fiscais" (cria incentivos fiscais para a produção de equipamentos e aparelhos destinados às pessoas portadoras de deficiência).

Apensados: PL 6180/05 e PL 2399/07

Relator: deputado Enio Verri.

Parecer: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL 6097/2005, dos PL's 6180/2005 e 2399/2007, apensados, da Emenda da CSSF e da Emenda da CDEICS.

Resultado: Não deliberado.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO – CTASP

REQ 269/17, da deputada Erika Kokay, que "Requer a realização de seminário no âmbito desta Comissão, a fim de debater o Direito do Trabalho frente à Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista)".

Resultado: Aprovado.

PL 5351/16, do deputado Marinaldo Rosendo, que "Acrescenta parágrafo ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de reduzir o valor do depósito recursal para microempresa e empresa de pequeno porte".

Relatora: deputada Gorete Pereira.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta a requerimento do deputado Laércio Oliveira.

PL 5761/16, do deputado Luiz Carlos Haully, que "Dispõe sobre a criação do Banco Nacional de Preços e Serviços e dá outras providências".

Apensado: PL 6245/2016

Relator: deputado Felipe Bornier.

Parecer: pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.245/16, apensado.

Resultado: Concedida vista ao deputado Bebeto.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES – CVT

PL 5596/13, do deputado Major Fábio, que "Proíbe o uso de aplicativos e redes sociais na internet para alertar motoristas sobre a ocorrência de blitz de trânsito".

Apensado: PL 5806/2013

Relator: deputado Jose Stédile.

Parecer: pela rejeição deste, e do PL 5806/2013, apensado.

Resultado: Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJC

PEC 185/15, da deputada. Renata Abreu, que "Acrescenta o inciso LXXIX ao art. 5º da Constituição Federal, para assegurar a todos o acesso universal a Internet entre os direitos fundamentais do cidadão".

Relator: deputado Hildo Rocha.

Parecer: pela admissibilidade.

Resultado: Não deliberado.

PL 3163/15, do deputado Danilo Forte, que "Define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado, e dá outras providências" (torna crime a prática de corrupção no âmbito do setor privado quando cometida no curso de atividades econômicas, financeiras ou comerciais).

Apensados: PL 3438/15 e PL 6122/16.

Relator: deputado Tadeu Alencar.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 3438/15 e do PL 6122/16, apensados, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 2470/07, do deputado Paulo Teixeira, que "altera a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, "que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para incluir, como requisito para licitação de obras ou serviços, que o vencedor da licitação admita trabalhadores em situação de rua e dá outras providências".

Relator: deputado Felipe Maia.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda.

Resultado: Não deliberado.

PL 90/2015, do deputado Adail Carneiro, que "Altera o art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências".

Relator: deputado Maia Filho.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

Resultado: Não deliberado.

PL 1964/15, do deputado Giuseppe Vecci, que "Altera a Lei n.º 7.827, de 29 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO". (Permite que os recursos dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) financiem as atividades produtivas desenvolvidas por pessoas jurídicas ou físicas ligadas à economia criativa).

Relator: deputado Thiago Peixoto.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Concedida vista ao Deputado Marcos Rogério, em 22/08/2017.

Resultado: Não deliberado.

PL 4520/16, do deputado William Woo, que "Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que trata da concessão de assistência judiciária aos necessitados, fazendo incluir entre os beneficiários desta Lei as pessoas jurídicas individuais ou Microempresários (ME) e os Microempreendedores Individuais (MEI)".

Relatora: deputada Gorete Pereira.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

PL 5202/16, da CPI dos Crimes Cibernéticos, que "Inclui os crimes praticados contra ou mediante computador, conectado ou não a rede, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado ou de telecomunicação no rol das infrações de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, quando houver indícios da atuação de associação criminosa em mais de um Estado da Federação ou no exterior".

Relator: deputado Cabo Sabino.

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Retirado de pauta a requerimento do deputado Delegado Waldir.

PL 5074/16 (PLS 730/15), do senador Otto Alencar, que "Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet".

Relator: deputado Major Olímpio.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Resultado: Retirado de pauta.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA SAÚDE

Audiência Pública – Tema: "Inovação na Radiologia e na Produção Nacional de Equipamentos de Exame de Imagem".

Resultado: Realizada.

COMISSÃO ESPECIAL DO BANCO CENTRAL REGULAR MOEDAS VIRTUAIS (PL 2303/15)

Audiência Pública – Tema: "Debater a matéria".

Resultado: Cancelada.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE TRIBUTAÇÃO MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (PLP 341/17)

Audiência Pública – Tema: "Discussão do PLP 341/2017, mais especificamente sobre linhas de crédito para as Microempresas".

Resultado: Realizada.

COMISSÃO ESPECIAL DO MARCO REGULATÓRIO DA ECONOMIA COLABORATIVA

Pauta: Eleição dos cargos de 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes; Definição do Roteiro de Trabalho; e Deliberação de requerimentos.

Resultado: Cancelada.

Quarta-feira (6/09)

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCTCI

REQ 240/17, dos deputados Celso Pansera e Danrlei de Deus Hinterholz, que "Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: "A importância da CEITEC S.A. para o desenvolvimento do setor de microeletrônica nacional e a soberania tecnológica neste segmento da economia".

Resultado: Reunião cancelada.

PL 6989/17, do deputado Odorico Monteiro, que "Altera o Marco Civil da Internet, Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet".

Apensados: PL 7170/17, PL 7047/17 (Apensados: PL 7430/17 (Apensados: PL 7506/17 e PL 7538/17) e PL 7441/17), PL 7458/17, PL 7460/17 e PL 7917/17)

Relator: deputado Junior Marreca.

Parecer: pela aprovação deste, do PL 7047/17, do PL 7170/17, do PL 7458/17, do PL 7460/17, do PL 7917/17, do PL 7430/17, do PL 7441/17, do PL 7506/2017, e do PL 7538/2017, apensados, com substitutivo. O deputado Wladimir Costa apresentou voto em separado pela aprovação do PL 7430/2017 e rejeição dos demais projetos apensados em 12/07/17.

Resultado: Reunião cancelada.

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

MPV 777/17, do Poder Executivo, que "Institui a Taxa de Longo Prazo - TLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante e dá outras providências". **Item incluído após o envio da Agenda.**

Parecer da Comissão Mista: do deputado Betinho Gomes, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa desta e das Emendas de nºs 1 a 10, 15 e 17 a 40; pela inconstitucionalidade das Emendas de nºs 11 a 14 e 16; pela adequação financeira e orçamentária desta e das Emendas de nºs 2 a 5, 7 a 9, 15, 16, 18 a 35 e 37 a 40; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1, 6, 10 a 14, 17 e 36; e, no mérito, pela aprovação desta, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 40.

Resultado: Aprovado o parecer. A matéria segue para sanção presidencial.

Segunda-feira (4/09)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Audiência Pública – Tema: "Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?"

11º Painel: Mercosul, 25 anos depois: para onde caminha a integração sulamericana?

Temas:

- Em que situação se encontra o Mercosul decorridos mais de 25 anos desde a assinatura do Tratado de Assunção (1991)?
- Que relações pode ter o Mercosul com outros blocos?
- Há espaço para o Mercosul no cenário internacional?
- Qual o papel do Brasil nesse contexto?"

Resultado: Realizada.

Terça-feira (5/09)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

PLC 85/15 (PL 1759/07), do deputado Michel Temer, que “Dispõe sobre as empresas de sistemas eletrônicos de segurança e dá outras providências” (entre outros aspectos, dispõe sobre sistemas eletrônicos de segurança - conjunto de programas de computador, aplicativos, equipamentos ou dispositivos eletrônicos de controle, armazenamento, detecção e informação de ocorrências que coloquem em risco a segurança de bens, de semoventes e de pessoas).

Relator: senador Wellington Fagundes.

Parecer: pela aprovação, com duas emendas.

Resultado: Adiado.